



EDITORIAL

A publicação de mais uma edição da Serviço Social em Revista é sempre um desafio. São várias temáticas envolvidas, um processo de avaliação complexo, pois envolve um volume significativo de professores/as (pareceristas voluntários/as) e pouco recursos financeiros e institucionais. Mas, o compromisso com a socialização da produção acadêmica nos fortalece e nos motiva a enfrentar tais desafios.

A Edição 27 nº 1, agrega discussões envolvendo o trabalho, a organização política e a formação acadêmica do/a assistente social, temas essenciais para qualificar o debate sobre a profissão Serviço Social e o trabalho do/a assistente social em tempos de rebaixamentos de salários, ambientes de trabalho precarizados e estressantes reverberando no adoecimento físico e mental das e dos trabalhadores/as, em diferentes espaços ocupacionais.

Complementar, os demais temas explorados nesta edição também colaboram para as reflexões sobre o cotidiano de trabalho dos/das assistentes sociais e demais trabalhadores das políticas sociais: as vulnerabilidades sociais vivenciadas por idosos, crianças, adolescentes e mulheres, a restrição orçamentaria das políticas sociais e a exclusão social de trabalhadores que vivenciam a condição de informalidade como única opção de prover sua subsistência.

O primeiro artigo dessa edição retrata uma pesquisa realizada com Assistentes Sociais que atuam no Sistema Único de Saúde em vários níveis de complexidade em um município no estado de Minas Gerais, o qual objetivou identificar os desafios enfrentados pelos profissionais para a notificação compulsória da violência.

O segundo denominado a Concepção de Educação em destaque tem como objetivo apresentar resultados encontrados na pesquisa de mestrado, junto ao Programa de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná, apresentando os resultados de um dos eixos analisados: o que aborda a concepção de educação que orienta o trabalho profissional e a particularidade do Serviço Social na Política de Educação.



O próximo artigo teve como objetivo analisar os fatores que influenciaram o movimento de organização político-sindical das(os) assistentes sociais no contexto do novo sindicalismo na criação e posterior suspensão das atividades do Sindicato de Assistentes Sociais no estado do Paraná no período de 1983 a 1994.

O quarto artigo, realizou um balanço de documentos e registros que resgatam a trajetória histórica do estágio supervisionado obrigatório no curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí nos campos da saúde mental no lapso temporal de quatro décadas.

A seguir com o título: Os determinantes da violência na vida do sujeito que envelhece, versam sobre os condicionantes de raça, classe e gênero enquanto fatores que influenciam na violência contra o sujeito que envelhece, tendo como pano de fundo as determinações da sociedade capitalista de produção. Objetiva fazer uma breve análise da temática da violência, identificando os tipos de violências praticadas contra pessoas idosas, articulando com a discussão acerca das condicionalidades de raça, classe e gênero enquanto fatores determinantes da violência.

Com a mesma temática o sexto artigo objetiva problematizar as ideias universalizantes do ageísmo contra as pessoas idosas e apontar como este se entrelaça com demarcadores mais gerais de classe, gênero e raça/etnia ampliando as desigualdades sociais que se manifestaram de forma imediata no contexto pandêmico no Brasil, nos índices de adoecimentos e mortalidade entre as pessoas idosas, postas na agenda pública, as demandas de cuidados apresentadas neste cenário, e que demarca de forma imperativa para a necessidade de uma política nacional de cuidado.

Já o sétimo artigo tem como objetivo refletir sobre a devolução de crianças e de adolescentes adotados, a fim de identificar as principais mediações que atravessam o fenômeno. Serão mostrados resultados de pesquisa bibliográfica, realizada a partir da base de dados da Web of Science e Scielo, com ênfase qualitativa, ancorada no materialismo histórico-dialético.

Já o oitavo intitulado, Rede intersetorial: o trabalho realizado durante a Pandemia de Covid-19 e as limitações das Políticas Públicas, tem como objetivo conhecer a realidade de trabalho da rede intersetorial de proteção de crianças e

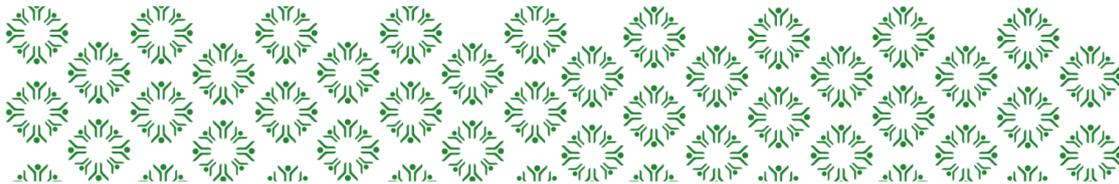


adolescentes durante o período de isolamento social da Pandemia de covid-19. A pesquisa foi realizada em dois municípios de pequeno porte na região metropolitana de Franca/SP e contou com uma assistente social, um diretor escolar, duas psicólogas, uma enfermeira e presidente do conselho da criança e adolescente de instituições do Sistema de Garantia de Direitos (SGD) da Criança e do Adolescente.

O próximo tema discorre sobre a legalização do aborto aos desafios atuais. O aborto vem sendo tratado como parte dos direitos reprodutivos das mulheres, principalmente após as deliberações das Conferências da ONU na década de 1990. Na América Latina, Cuba é o país com legislação mais ampla, uma vez que não trata do aborto como crime, excluindo determinadas situações em que a prática é permitida. A ilha caribenha incorporou o aborto voluntário no sistema de saúde pública na década de 1960. A partir de uma pesquisa de doutorado, com período sanduíche realizado em Cuba, objetivou-se discutir o processo de legalização do aborto em Cuba e o panorama atual do direito de decidir.

De modo a contribuir com o debate crítico sobre os limites e a voracidade imanentes às formas contemporâneas de reprodução social capitalista, o próximo artigo busca articular três esforços. O primeiro consiste em expor conceitualmente a natureza desmedida do capital, retomando sucintamente algumas das maneiras como essa categoria aparece ao longo da exposição de *O Capital* de Karl Marx. Considerando a expressão dessa desmedida na intensificação da exploração e na precarização das condições de reprodução da população trabalhadora, bem como na tendência ao seu alijamento relativo – e mesmo absoluto – da produção, discute-se na sequência a *seletividade* neoliberal e a afirmação da concorrência como nexos sociais por excelência e como horizonte insuperável de existência.

O decimo primeiro, analisa a evolução do orçamento da Política de Assistência Social (PAS) brasileira, entre 2010 e 2022, e seus desdobramentos em termos qualitativos. Em termos de resultados, é possível concluir que a PAS tem sofrido impactos através da adoção de um neoliberalismo ferrenho dos governantes, que está atrelado a medidas severas para com os gastos sociais, tais como a aprovação da



Emenda Constitucional 95, de 2016, e o abocanhamento do Fundo Público pelo capital portador de juros.

O objetivo do último artigo dessa edição é analisar peças regulatórias em torno da economia circular (EC) no Brasil e discutir possibilidades de inclusão social de catadores de resíduos. A EC tem ganhado destaque como uma abordagem sustentável e a ideia da transição de uma economia linear para a economia circular está se disseminando em diversos contextos no mundo. Neste artigo, cujo formato é ensaístico, as reflexões são dirigidas à análise a nova Política Nacional de Economia Circular no Brasil e políticas públicas convergentes relacionadas ao gerenciamento de resíduos e ao trabalho de catadores de resíduos no Brasil.

Boa leitura!!!

Comissão Editorial